



Número: **0800468-68.2020.8.18.0028**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Floriano**

Última distribuição : **13/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 6.750,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GONCALO HENRIQUE DO CARMO BUENO (AUTOR)		RICARDO SILVA FERREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8827888	13/03/2020 11:34	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
8828199	13/03/2020 11:34	<a href="#">AÇÃO DPVAT GONÇALO TCE NEGADO</a>	Petição
8828200	13/03/2020 11:34	<a href="#">B.O</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
8828202	13/03/2020 11:34	<a href="#">DOC. PESSOAIS</a>	Documentos
8828204	13/03/2020 11:34	<a href="#">PROC. ADMINISTRATIVO NEGADO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
8828206	13/03/2020 11:34	<a href="#">REL. MEDICO 2</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
8828211	13/03/2020 11:34	<a href="#">RELATORIO MEDICO 1</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

Ação indenizatória seguro DPVAT.





**RICARDO FERREIRA**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA DA  
COMARCA DE FLORIANO-PI**

**GONÇALO HENRIQUE DO CARMO BUENO**, brasileiro, solteiro, desempregado, portador do RG nº 3.351.763 SSP-PI e do CPF 055.753.573-50, residente e domiciliado na Rua Tancredo Neves, s/n, Centro, 64480-000, em Arraial-PI, o mesmo não possui endereço eletrônico, vem, perante Vossa Excelência, propor a presente.

#### **AÇÃO PARA COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**

contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, com sede na Av. Senador Dantas, no 74, 50 andar, centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 200312-205, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

#### **1.FATOS**

O requerente, afirma que no dia 06/09/2018, foi vítima de acidente de trânsito, o mesmo estava pilotando uma motocicleta de um amigo, quando perdeu o controle vindo a cair, chegando a desmaiar, sendo encaminhado para o Hospital Elias Helau, posteriormente encaminhado para o Hospital Tibério Nunes, em Floriano, sendo diagnosticado com **Traumatismo Craniano CID: S - 06-9, evoluiu com dor, lapso de memória, cefaleia e tremores do membro superiores, ainda fazendo o uso de medicamentos controlados e com dificuldade para realizar suas atividades diárias, com lesões neurológica em 50% (cinquenta por cento), conforme laudo médico**, ficando com invalidez permanente,

Dr. Ricardo Silva Ferreira, Rua Raimundo Vieira de Sá, 355, São Borja, Floriano - PI,  
[ricardosf21@hotmail.com](mailto:ricardosf21@hotmail.com), fone 089 99981 - 2684, ( 089) 99421-8157

1





**RICARDO FERREIRA**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

conforme laudo, consoante Boletim de Ocorrência e prontuário em anexo.

Como consequência do sinistro, o Requerente veio a sofrer diversas lesões, **Traumatismo Craniano CID: 10 S06-9, evoluiu com dor, lapso de memória, cefaleia e tremores do membro superiores, ainda fazendo o uso de medicamentos controlados e com dificuldade para realizar suas atividades diárias, com lesões neurológica em 50% (cinquenta por cento), conforme laudo médico.**

Resta caracterizado, desta forma, que o Requerente ficou com lesões Neurológica devido às lesões na face em 50% (cinquenta por cento) em razão de acidente automobilístico fazendo jus, portanto, à indenização no valor de **R\$ 6.750,00(seis mil setecentos e cinquenta reais)**, prevista na tabela e conforme laudo médico.

*Muito embora tenha realizado pedido administrativo para o pagamento da indenização do seguro DPVAT, sendo submetido à cirurgia, evoluindo com dor e limitação, e mesmo assim a indenização fora negada, sob alegação de falta de documentos.*

Como a indenização do requerente foi negada indevidamente **o Autor faz jus a receber o valor de R\$ 6.750,00 ( seis mil setecentos e cinquenta reais)**, uma vez que ficou com Lesões Neurológica 50% (cinquenta por cento), caracterizando a invalidez.

	Grau de Invalidez (Sequelas)				
Danos corporais parciais	Residual (10%)	Leve (25%)	Média (50%)	Intensa (75%)	Completa (100%)
Lesões Neurológicas	R\$ 1.350,00	R\$ 3.375,00	R\$ <b>6.750,00</b>	R\$ 10.125,00	R\$ 13.500,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 675,00	R\$ 1.687,50	R\$ 3.375,00	R\$ 5.062,50	R\$ 6.750,00
Perda auditiva bilateral ( surdez completa ) ou da fonação ( mudez completa ) ou da visão de um olho.	R\$ 675,00	R\$ 1.687,50	R\$ 3.375,00	R\$ 5.062,50	R\$ 6.750,00
Perda completa da mobilidade de um	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

Dr. Ricardo Silva Ferreira, Rua Raimundo Vieira de Sá, 355, São Borja, Florianópolis - PI,  
[ricardosf21@hotmail.com](mailto:ricardosf21@hotmail.com), fone 089 99981 - 2684, ( 089) 99421-8157

2





**RICARDO FERREIRA**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

<b>ombro, cotovelo, punho, dedo polegar, quadril, joelho ou tornozelo.</b>	337,50	843,75	<b>1.687,50</b>	<b>2.531,25</b>	3.375,00
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 337,50	R\$ 843,75	R\$ 1.687,50	R\$ 2.531,25	R\$ 3.375,00

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DE MÉRITO

### 2.1. Direito a complementação da indenização

O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, tem origem no Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, o qual dispõe, no seu art. 20, alínea I, o seguinte:

Art. 20. Sem prejuízo do disposto em leis especiais, são obrigatórios os seguros de:  
[...]

I) danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não; (Redação dada pela Lei nº 8.374, de 1991).

A Lei n. 6.194/1974, que regulamentou o Seguro DPVAT, no seu art. 3º, elenca as hipóteses cobertas pelo seguro, bem como o valor da indenização em cada caso, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;** e

Dr. Ricardo Silva Ferreira, Rua Raimundo Vieira de Sá, 355, São Borja, Florianópolis - PI,  
[ricardosf21@hotmail.com](mailto:ricardosf21@hotmail.com), fone 089 99981 - 2684, (089) 99421-8157

3





**RICARDO FERREIRA**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (sem grifo no original).

A Lei n. 11.945/09 acrescentou o § 1º ao art. 3º, definindo os parâmetros para estipular o grau de invalidez e consequentemente o valor a ser pago.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente p a r c i a l i n completa , s e r á e f e t u a d o o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Observa-se, desta forma, que para fazer jus à indenização ora pretendida é necessário o preenchimento dos seguintes requisitos: **a)** ocorrência de acidente automobilístico que resulte em lesões corporais; **b)** sequelas decorrentes das lesões que gerem invalidez permanente.

Ressalta-se que o pagamento da indenização independe de quem teve culpa no acidente automobilístico, necessitando, para sua perfectibilização, apenas provas simples das despesas oriundas do sinistro, nos termos do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, veja-se:

Dr. Ricardo Silva Ferreira, Rua Raimundo Vieira de Sá, 355, São Borja, Florianópolis - PI,  
[ricardosf21@hotmail.com](mailto:ricardosf21@hotmail.com), fone 089 99981 - 2684, ( 089) 99421-8157

4





**RICARDO FERREIRA**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

O Autor, após sofrer diversas lesões em acidente automobilístico, após o fim do seu tratamento médico, encontra-se com invalidez permanente, uma vez que ficou com deficiência permanente do membro inferior.

Muito embora tenha realizado pedido administrativo para o pagamento da indenização do seguro DPVAT, a indenização foi negada, sob alegação de falta de documentos, mesmo sendo enviados todos os documentos necessários.

Como a indenização do requerente foi negada indevidamente **o Autor faz jus a receber o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), uma vez que ficou com Lesões Neurológicas 50% (cinquenta por cento), caracterizando a invalidez.**

Danos corporais parciais	Grau de Invalidez (Sequelas)				
	Residual (10%)	Leve (25%)	Média (50%)	Intensa (75%)	Completa (100%)
Lesões Neurológicas	R\$ 1.350,00	R\$ 3.375,00	R\$ 6.750,00	R\$ 10.125,00	R\$ 13.500,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 675,00	R\$ 1.687,50	R\$ 3.375,00	R\$ 5.062,50	R\$ 6.750,00
Perda auditiva bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho.	R\$ 675,00	R\$ 1.687,50	R\$ 3.375,00	R\$ 5.062,50	R\$ 6.750,00
Perda completa da mobilidade de um ombro, cotovelo, punho,	R\$ 337,50	R\$ 843,75	R\$ 1.687,50	R\$ 2.531,25	R\$ 3.375,00

Dr. Ricardo Silva Ferreira, Rua Raimundo Vieira de Sá, 355, São Borja, Florianópolis - PI,  
[ricardosf21@hotmail.com](mailto:ricardosf21@hotmail.com), fone 089 99981 - 2684, (089) 99421-8157

5





**RICARDO FERREIRA**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

dedo polegar, quadril, joelho ou tornozelo.					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 337,50	R\$ 843,75	R\$ 1.687,50	R\$ 2.531,25	R\$ 3.375,00

Ressalta-se que a invalidez que acomete o Autor atualmente decorre unicamente do acidente automobilístico sofrido, já que aquele, antes do sinistro era pessoa saudável e ativa.

Nesta toada é posição dos Tribunais pátrios:

Tribunal: **TJSP.** Processo: **Apelação 1025701-44.2017.8.26.0100**

Relator: **Des. Sá Duarte** Órgão Julgador: **33ª Câmara de Direito Privado** Data do Julgamento: **24/06/2018.**

Tipo: **Acórdão**

EMENTA

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – Pretensão de recebimento da indenização julgada parcialmente procedente – **Perda funcional parcial e permanente dos movimentos de um dos membros inferiores** – Indenização que deve ser concedida de acordo com o grau da incapacidade do beneficiário – Encargos da sucumbência carreados exclusivamente à ré – Recurso provido em parte.

Ainda:

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL COM NEGATIVA DE SEGUIMENTO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. EGUROS. **D P VAT. A Ç Ã O D E C O B R A N Ç A . D P VAT. A Ç Ã O D E C O B R A N Ç A . I N V A L I D E Z P E R M A N E N T E .** PRESCRIÇÃO INOCORRENTE. **NEXO**

**CAUSAL EVIDENCIADO. ALEGAÇÃO DE LESÃO PREEXISTENTE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.** 1. Embora o termo inicial do prazo prescricional de três anos seja a data do sinistro, o seu curso resta suspenso caso haja pedido administrativo para o pagamento da indenização, ou a consolidação das lesões ocorra em momento posterior. No caso dos autos, em que pese tenha o acidente ocorrido em 03-07-2006, a ciência do caráter permanente da invalidez ocorreu somente em 08-10-2008, data da elaboração do laudo médico

Dr. Ricardo Silva Ferreira, Rua Raimundo Vieira de Sá, 355, São Borja, Florianópolis - PI,  
[ricardosf21@hotmail.com](mailto:ricardosf21@hotmail.com), fone 089 99981 - 2684, ( 089) 99421-8157

6







**RICARDO FERREIRA**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

complementar produzido pelo DML. Assim, não há falar em prescrição, porquanto a ação foi ajuizada em 03-08-2009, dentro do prazo trienal. Art. 206, §3º, IX, do CC. Prescrição afastada. 2. **Evidenciado nexo entre o acidente de trânsito e a invalidez permanente.** 3. Alegação de lesão preexistente não demonstrada. 4. Ausente qualquer argumento a justificar a modificação do posicionamento adotado, resta mantida a decisão recorrida. RECURSO DESPROVIDO. (TJRS, Agravo Nº 70063615686, 5ª Câmara Cível, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 25/03/2015).

*Assim, resta amplamente demonstrado que o Autor, após ser vitimado em acidente de trânsito, ficou com sequelas permanentes que lhe causam invalidez permanente.*

De outro norte, a justificativa apresentada pela Seguradora Ré para o pagamento a menor da indenização pretendida pelo Autor não encontra qualquer amparo na legislação em vigor e está ferindo frontalmente o direito deste, o que não pode ser permitido por este Juízo.

Neste sentido é o entendimento pacífico da jurisprudência pátria:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PROPÓSITO INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. **SEGURO DPVAT. I N V A L I D E Z P E R M A N E N T E**. NECESSIDADE DE PERÍCIA PARA AVALIAR A EXTENSÃO DA LESÃO. **PAGAMENTO PROPORCIONAL AO GRAU DA LESÃO. SÚM. 474 DO STJ.**

1. Em homenagem aos princípios da economia processual e da fungibilidade, devem ser recebidos como agravo Regimental os embargos de declaração que contenham exclusivo intuito infringente.

2. **"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Súmula n. 474 do STJ.**

3. Agravo regimental a que se nega provimento. ( S T J , E D c 1 n o R E s p 1 3 0 1 7 5 9 R S 2012/0001869-7, Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, 4ª Turma, julgado em 11/02/2014, sem grifo no original).

Dr. Ricardo Silva Ferreira, Rua Raimundo Vieira de Sá, 355, São Borja, Florianópolis - PI,  
[ricardosf21@hotmail.com](mailto:ricardosf21@hotmail.com), fone 089 99981 - 2684, ( 089) 99421-8157

7





**RICARDO FERREIRA**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Logo, tendo o(a) Autor(a) demonstrado, de forma ampla e eficaz, que sofre de invalidez permanente decorre de acidente automobilístico, bem como diante da negação do pagamento pela Seguradora Ré, merecem os pedidos daquele amparo da Justiça.

### **DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Requer que a correção monetária seja feita da data do sinistro, ou seja, na data do acidente de trânsito ocorrido no dia 06/09/2018. A correção monetária do valor da indenização do seguro obrigatório DPVAT deve incidir a partir do evento danoso, com a finalidade de recompor o valor da moeda corrente. Precedentes e sumula 580 do STJ.

### **Súmula 580 – STJ**

A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.

### **STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 1470320 SC 2014/0180911-2 (STJ)**

Data de publicação: 29/09/2015

**Ementa:** AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. **SEGURO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA** DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. AGRAVO DESPROVIDO. 1. É inviável o conhecimento de alegada violação a dispositivos constitucionais por se tratar de matéria reservada à análise do Supremo Tribunal Federal. 2. A **correção monetária** da indenização decorrente do **seguro DPVAT** (artigos 3º e 5º da Lei 6.194/74 com a redação dada pela Lei 11.482/2007, na qual convertida a Medida Provisória 340/2006), consoante orientação jurisprudencial desta Corte, deve incidir a partir da data do evento danoso até o dia do pagamento, à luz da Súmula 43/STJ. Entendimento sedimentado pelo rito do art. 543-

Dr. Ricardo Silva Ferreira, Rua Raimundo Vieira de Sá, 355, São Borja, Florianópolis - PI,  
[ricardosf21@hotmail.com](mailto:ricardosf21@hotmail.com), fone 089 99981 - 2684, (089) 99421-8157

8





**RICARDO FERREIRA**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

C do CPC. 3. Agravo regimental parcialmente conhecido, e, nessa parte, desprovido.

**TJ-MA - Agravo Regimental AGR 0577542015 MA 0010123-64.2012.8.10.0040 (TJ-MA)**

Data de publicação: 02/03/2016

**Ementa:** AGRAVO REGIMENTAL. **SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.** PAGAMENTO DA VERBA SECURITÁRIA DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES LEGAIS QUE REGEM A MATÉRIA. TERMO INICIAL DE **INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO EVENTO DANOSO.** 1. Em caso de invalidez parcial do beneficiário, a indenização será paga de forma proporcional ao grau da invalidez, de acordo com a Súmula 474 do STJ 2. Comprovada nos autos a invalidez parcial do Agravado, foi determinado o pagamento conforme o percentual previsto em lei, descontado o valor pago na seara administrativa. 3. O termo inicial de **incidência da correção monetária do seguro DPVAT** é a **data** do evento danoso. 4. Considerando que a parte dispositiva da decisão recorrida realmente necessita de **correção**, posto que estabelece que vai "manter incólume a sentença proferida pelo Juízo de Primeiro Grau", entende-se que cabe retificação quanto ao termo inicial da **correção monetária**, devendo incidir a partir da **data** do evento danoso. 5. Agravo Regimental conhecido e parcialmente provido. 6. Unanimidade.

**Encontrado em:** SOUSA. Agravante: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE **SEGURO DPVAT** SA Agravo Regimental AGR

### 3. DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer de Vossa Excelência sejam julgados procedentes os seguintes pedidos:

- a) o recebimento da presente petição e o deferimento do benefício da Justiça Gratuita, uma vez que o Autor não tem condições de arcar com as custas judiciais, condição que expressamente declara (declaração de hipossuficiência anexa).
- b) seja determinada a citação da Seguradora Ré, via AR, na pessoa de seu representante legal, para querendo, apresentar defesa aos termos da presente demanda, no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

Dr. Ricardo Silva Ferreira, Rua Raimundo Vieira de Sá, 355, São Borja, Florianópolis - PI,  
[ricardosf21@hotmail.com](mailto:ricardosf21@hotmail.com), fone 089 99981 - 2684, ( 089) 99421-8157

9





**RICARDO FERREIRA**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

- c) seja a Seguradora Ré condenada ao pagamento do montante de **R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), devidos as lesões neurológica**, que é a quantia devida, conforme sequela, **devendo ser corrigido monetariamente da data do sinistro ocorrido em 06/09/2018, conforme súmula 580 do STJ;**
- d) a condenação da Requerida ao pagamento de honorários sucumbenciais, no patamar de 20% sobre o valor da condenação.
- e) requer seja oportunizado a produção de todos os meios de prova em direito admitidas, **como prova pericial através de médicos designados para a realização de pericia médica** e documental.
- f) informa, por fim, não ter interesse na realização de audiência de conciliação/mediação, nos termos do art. 319, VII, do CPC.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).**

Nestes termos, pede deferimento.

Florianópolis, 13 de março de 2020.

**Dr. Ricardo Silva Ferreira**  
**Advogado OAB/PI 7270**

**Dr. Ricardo Silva Ferreira, Rua Raimundo Vieira de Sá, 355, São Borja, Florianópolis - PI,**  
**[ricardosf21@hotmail.com](mailto:ricardosf21@hotmail.com), fone 089 99981 - 2684, (089) 99421-8157**

1





Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

464 v. 1.0

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 251843.000055/2018-65

Unidade de Registro: 2ª DRPC - FLORIANO

Resp. pelo Registro: Nayliê Fonseca Pereira Rocha

Data/Hora: 21/11/2018 - 13:14

### DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DP DE ARRAIAL

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

ARRAIAL

Endereço

PI 120, Nº:

Complemento

Data/Hora

06/09/2018 - 18:00

Bairro

INFORMAR NO COMPLEMENTO

Ponto de Referência

### DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: GONÇALO HENRIQUE DO CARMO BUENO

RG: 3351763 SSSPI PI

Endereço: RUA TANCREDO NEVES, Nº

Bairro: PREJUDICADO

Cidade: ARRAIAL

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

### NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

### VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Marca: Modelo:

Ano: Placa: Chassi:

Renavam:

Cor:

1 - HONDA. POP100

DUD4152 9C2HB0210DR409699

524499780

Preta

Condutor: GONÇALO HENRIQUE DO CARMO BUENO

End: RUA TANCREDO NEVES Número: Complemento:

Cidade: FLORIANO UF: PI Bairro:

### RELATO DA OCORRÊNCIA

Relata o noticiante que na data e hora acima expostas vinha pilotando a motocicleta de um amigo seu quando sofreu um acidente na PI 120, sofrendo um instantâneo desmaio. Indica ainda que não se recorda de mais nada, inclusive do momento que caiu da motocicleta. Por fim, indica que devido o acidente sofrido sofreu um traumatismo craniano moderado, onde o mesmo foi encaminhado para o Hospital Elias Helau, no município de Arraial e transferido logo em seguida para o Hospital Regional Tiberio Nunes, na cidade de Floriano. Finalmente, informa que o nome do proprietário da motocicleta é Everaldo José dos Santos, CPF nº 971.271.593-00.

Nayliê Fonseca Pereira Rocha - Mat. 0867632  
AGENTE DE POLÍCIA

GONÇALO HENRIQUE DO CARMO BUENO - Noticiante  
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia

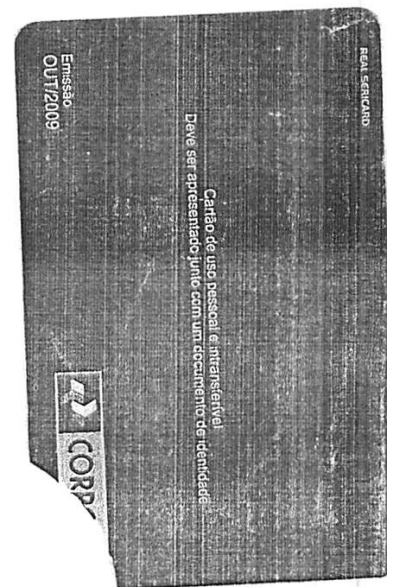
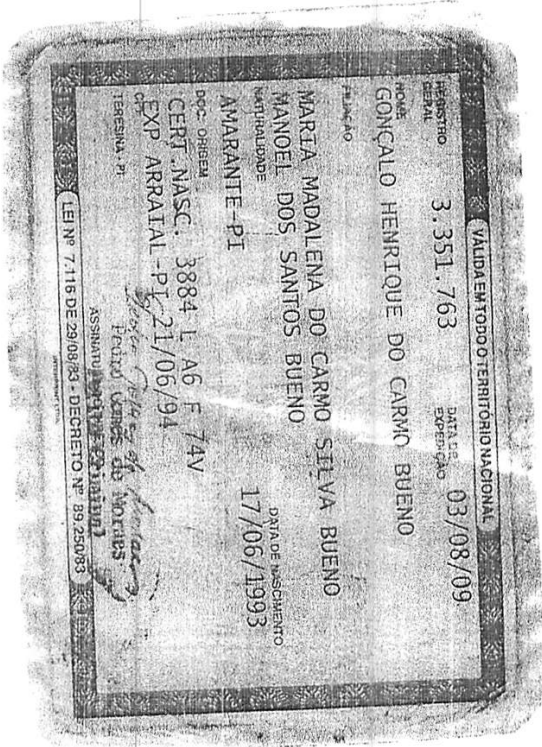
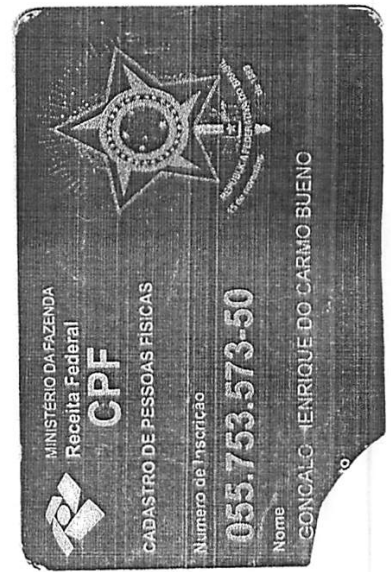
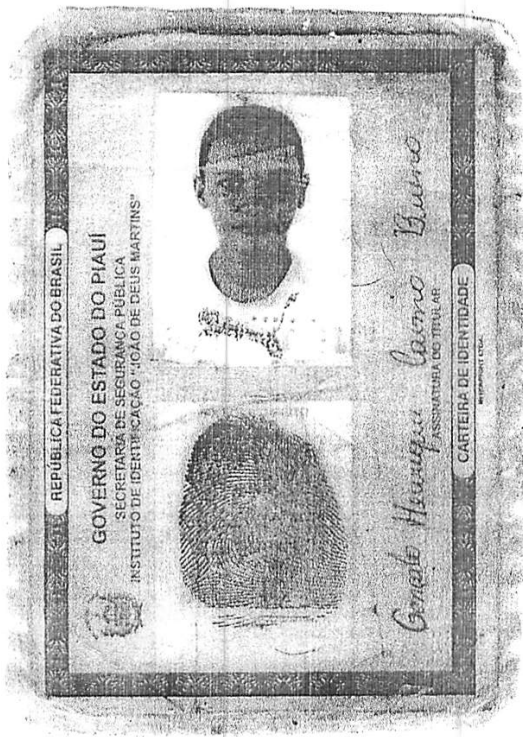


Assinado eletronicamente por: RICARDO SILVA FERREIRA - 13/03/2020 11:34:41

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031311344116200000008427267>


Número do documento: 20031311344116200000008427267

Num. 8828200 - Pág. 1



27/08/2019

Via de Pagamento para o mês/ano: 08/2019 referente a UC: 8849714

 Eletrobras

Distribuição Piauí

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUI**

AV. MARANHÃO, 759/SUL - TERESINA

CNPJ: 06.840.748/0001-89

IE: 19301383-5

**VIA PARA PAGAMENTO DE CONTA DE ENERGIA**

Emitida Conforme Art. 123, Resolução 414/2010 da ANEEL

NF: 25834806

**MANOEL DOS SANTOS BUENO**

R. TANCREDO NEVES, S/N ,

B-URBANO

64480000 ARRAIAL

PI

CÓDIGO ÚNICO <b>8849714</b>	MÊS <b>08/2019</b>	PERÍODO DE CONSUMO <b>17/07/2019 a 15/08/2019</b>
CONSUMO (kWh) <b>63</b>	VENCIMENTO <b>21/08/2019</b>	TOTAL A PAGAR <b>R\$ 60,16</b>

**OBSERVAÇÕES**

- A taxa referente a emissão de segunda via de pagamento não será cobrada
- Ligue EDPI: 0800 086 0800

autenticação mecânica

recorte aqui

 Eletrobras

Distribuição Piauí

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUI**

AV. MARANHÃO, 759/SUL - TERESINA

CNPJ: 06.840.748/0001-89

IE: 19301383-5

CÓDIGO ÚNICO <b>8849714</b>	MÊS <b>08/2019</b>	TOTAL A PAGAR <b>R\$ 60,16</b>
--------------------------------	-----------------------	-----------------------------------

836600000001.601600170000.000000008847.971408190058



*Suplemento resumo, último*

*Concedido Alexandre do Carmo Bueno*





04/10/2019

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo



(1)

Buscar no site

A  
COMPANHIASEGURO  
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-  
Atendimento)CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICASSALA DE  
IMPRENSATRABALHE  
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados. O prazo para parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

## SINISTRO 3190493997 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA GONCALO HENRIQUE DO CARMO BUENO

COBERTURA Invalidez



PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO GENTE SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO GONCALO HENRIQUE DO CARMO BUENO

CPF/CNPJ: 05575357350

Posição em 04-10-2019 08:27:20

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
25/09/2019	INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE	 ( <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/w5yDj7igOt5JR4qM22UBapi_key=tEbd5YBUJMu1XQVzIPQxcAEIzkPgAPTjmLD0+cUeHps=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/w5yDj7igOt5JR4qM22UBapi_key=tEbd5YBUJMu1XQVzIPQxcAEIzkPgAPTjmLD0+cUeHps=</a> )
27/08/2019	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	 ( <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/C505KTWLoo8OO2jEVapi_key=tEbd5YBUJMu1XQVzIPQxcAEIzkPgAPTjmLD0+cUeHps=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/C505KTWLoo8OO2jEVapi_key=tEbd5YBUJMu1XQVzIPQxcAEIzkPgAPTjmLD0+cUeHps=</a> )

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT

<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8><https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital><https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo>

1/3



Assinado eletronicamente por: RICARDO SILVA FERREIRA - 13/03/2020 11:34:41

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031311344175400000008427271>

Número do documento: 20031311344175400000008427271

Num. 8828204 - Pág. 1



CNPJ: 06.553.564/0103-62  
(89) 3522-1489 - (89) 3522-1323

Funcionário: JOAQUIM

Senha 69

Tipo: CONSULTA  
Sexo: MASCULINO  
SUS

**GONÇALO HENRIQUE DO CARMO BUENO**

Nasc.: 17/06/1993 Idade: 25 ANOS, 3 MESES, 20 DIAS Profissão:

CPF: - RG: 3351763 - SUS: 160448056710007

End.: 0 -

Bairro:

Civil: SOLTEIRO(A) CEP: 6441

Cor: PARDA

Telefone: (89) 9429-3083

Mãe: MARIA MADALENA DO CARMO SILVA

Pai: MANOEL SANTOS BUENO

Clinica: CLINICA MEDICA

Documento: 0000 - HOSPITAL TIBÉRIO NUNES

Responsável: GONÇALO HENRIQUE DO CARMO BUENO - O MESMO

Temp.: °C

Peso: Kg

P.A.: 110 X 80

### Procedimentos

07/09/2018 11:02 0301060061 ATENDIMENTO DE URGENCIA EM ATENCAO ESPECIALIZADA

☐ Vermelho - Emergência

☐ Laranja - Muito Urgente

☐ Amarelo - Urgente

☐ Verde - Pouco Urgente

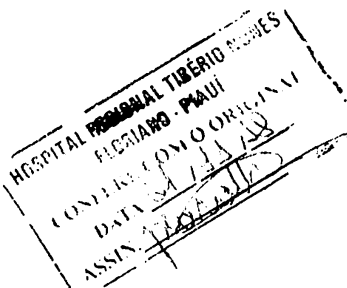
☒ Azul - Não Urgente

Queixa principal:

Exame clínico/físico:

Diagnóstico provável:

Medicação:



Procedimentos/exames realizados:

Ass. Técnico

15:30h Foi realizado TC de crânio, aguardando as imagens e laudo.

17:40h Anexado na ficha de urgência o laudo, aguardando as imagens e análise do neuro.

Francineide Silva de Carvalho

Francineide Silva de Carvalho  
Enfermeira  
COREN-PI 321.675

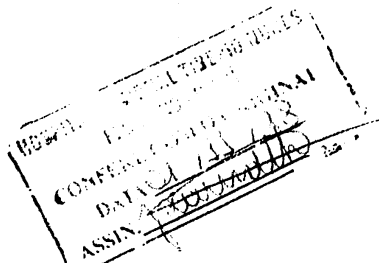
maria madalena do Carmo Bueno

P. T. de Carvalho





04/09/18



## UNIDADE DE SAÚDE ELIAS HELAL TAJRA

Nome Gonçalo Henrique da Costa Pinheiro  
 DN 17 / 06 / 1993 Sexo M Plano Saúde? 160 44805671 00071  
 Endereço Rua Gonçalo Pinheiro  
 Barro Carmo O. Aguiar Município Aracaju UF SE  
 Data 06 / 09 / 18 Hora \_\_\_\_\_ Ass. Func. \_\_\_\_\_

Queixa Principal: Dor de nota e desconforto

E re Clínico: Presente intensa de acidente metabólico crônico com lágrima corneal em face (interna) e lacrimações finas com corneal mais intensa nasais, outras com lágrima e dor em alveolar

fA 120x80 55,5% R- 80 21% Tm 32, ECC-15

Exame Complementares: *peptídeos, ácidos e polissacarídeos*

Diagnóstico Provável: *TCC moderado - HbA1c aguda elevada*

Medicação Prescrita/Procedimentos Realizados

1 - Volume 1 - 3

be charged name + the action

Alta ☐ Internação ☐ Encaminhado a: HEM





Cardiologia - Cirurgia Plástica - Dermatologia - Ortopedia - Pediatria - Psiquiatria  
Raio x Digital - Fisioterapia - Psicologia - Nutrição - Exames laboratoriais

### RELATÓRIO MÉDICO

Relato que o paciente Gonçalo Henrique do Carmo Bueno, 26 anos, RG 3351763, CPF 055.753.573-50, vítima de acidente motociclístico no dia 06/09/2018 devidamente registrado com Boletim de Ocorrência de número 251843.000055/2018-65, foi atendido no Hospital Regional Tibério Nunes na cidade de Floriano – PI no dia 0709/2018, com prontuário médico número 178418, apresentando traumatismo crânio-encefálico, submetido a tratamento conservador. Após a alta evolui com cefaleia intermitente e vertigem Alta hospitalar.

CID: S-06-9

Floriano – PI

15/08/2019

  
Dr. Felipe Nunes de Almeida  
Ortopedista e Traumatologista  
CRM-PI 4315 / TEOT: 14175

AME - Assistência Médica Especializada | Rua Felix Pacheco, 1054, Bairro Manguiha, CEP 64800-180, Floriano - PI  
(89) 3521-2849 / 9.9976-3000 | TIM 9.9443-0660 Claro




## **RELATÓRIO DE FISIOTERAPIA**

Relato para os devidos fins que **GONÇALO HENRIQUE DO CARMO BUENO**, portador da ID 3.351.763, CPF 055.753.573-50, sofreu acidente automobilístico no dia 06/09/2018 e teve atendimento no Hospital Municipal de Arraial e encaminhado ao Hospital Tiberio Nunes, onde foi diagnosticado traumatismo craniano, sendo tratado conservadoramente. Após os noventa dias de tratamento conservador e ambulatorial, teve alta definitiva no dia 05/12/2018 e relata evoluir com dor, lapso de memória, cefaleia e tremores em membros superiores. Paciente está fazendo uso de medicamento controlado e sente dificuldades de realizar suas atividades de vida diária.

CID. S06.9

Floriano – Pi, 05 de Dezembro de 2018

  
**Cibelle Silva Ferreira**  
Fisioterapeuta  
CREFITO: 187.848-F



<b>Identificação do Estabelecimento de Saúde</b>			
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO NUNES	2 - CNES	2365146
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO NUNES	4 - CNES	2365146
<b>Identificação do Paciente</b>			
5 - NOME DO PACIENTE	GONÇALO HENRIQUE DO CARMO BUENO	6 - Nº DO PRONTUÁRIO	178418
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)	160448056710007	8 - DATA DE NASCIMENTO	17/06/1993
9 - SEXO	Masc <input checked="" type="checkbox"/> 1 Fem <input type="checkbox"/> 2	10 - NOME DA MÃE	MARIA MADALENA DO CARMO SILVA BUENO
11 - TELEFONE DE CONTATO	(89) 9420-9478	12 - ENDEREÇO	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	ARRAIAL	14 - CÓD. IBGE MUNICÍPIO	2201002
15 - UF	PI	16 - CEP	64480000

### JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

TCE

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFIQUEM A INTERNAÇÃO

TCE

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

TCE

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

TCE

21 - CID PRINCIPAL

S06.90

22 - CID SECUNDÁRIO

23 - CAUSAS ASSOC.

### PROCEDIMENTO SOLICITADO

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

26 - CLÍNICA  
NEUROCIRURGIA

27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO  
URGÊNCIA

28 - DOCUMENTO  
( ) CNS ( x ) CPF

29 - Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE  
96266422387

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE  
LEONARDO DE MOURA SOUSA JUNIOR

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO  
07/09/2018

32 - ASS. E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)  
Dr. Leonardo Moura  
Neurocirurgia  
173671

### PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - CNPJ DA SEGURADORA

37 - Nº DO BILHETE

38 - SÉRIE

33 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO  
34 - ( ) ACIDENTE TRAB. TÍPICO  
35 - ( ) ACIDENTE TRAB. TRAJETO

39 - CNPJ EMPRESA

40 - CNAE EMPRESA

41 - CBOR

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO ( ) EMPREGADOR ( ) AUTÔNOMO ( ) DESEMPREGADO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURADO

### AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR  
OSMUNDO DE MORAES ANDRADE

44 - CÓD. ORGÃO EMISSOR  
M220390901

49 - Nº DA AUT. DE INTERNAÇÃO HOSP

45 - CODUMENTO 46 - Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

( ) CNS ( x ) CPF 078.977.823-87

47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO 48 - ASS. E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

